

POLIFONIA	CUIABÁ	EdUFMT	V. 12	N. 1	p. 21-45	2006	ISSN 0104-687X
-----------	--------	--------	-------	------	----------	------	----------------

**SENTIDOS DE SUBJETIVIDADE:
IMPRESA E PSICANÁLISE¹**

Bethania Mariani (UFF)**

RESUMO: O objetivo deste trabalho é duplo: apresentar uma análise comparativa de colunas de consultório psicanalítico publicadas na imprensa carioca e discutir a questão da subjetividade a partir da perspectiva da análise do discurso e da psicanálise.

PALAVRAS-CHAVE: Discurso jornalístico. Colunas de consultório, Subjetividade.

MEANINGS OF SUBJECTIVITIES:
THE PRESS AND PSYCHOANALYSIS

ABSTRACT: This paper aims to analyze comparatively psychoanalytical columns in the Rio de Janeiro press, discussing the question of subjectivity from the perspective of Discourse Analysis and Psychoanalysis.

KEYWORDS: Journalistic discourse. Psychoanalytical columns. Subjectivity.

[...] a promoção do “eu” em nossa existência leva, conforme a concepção utilitarista do homem que a secunda, a realizar cada vez mais o homem como indivíduo. (J. LACAN, 1998)

¹ A primeira versão desse texto foi apresentada no congresso da ABRALIN realizado durante a SBPC (Recife, 2003).

** Professora do Departamento de Ciências da Linguagem da Universidade Federal Fluminense e pesquisadora do CNPq. Desenvolve pesquisas sobre discurso jornalístico e, também, sobre a história das idéias lingüísticas no Brasil.

A pergunta que inicia esse texto já aponta sem evasivas para os resultados de um percurso que, após uma análise dos gestos de interpretação constitutivos de colunas de consultório psicanalítico, chegou a conclusões bastante críticas: escrever em nome da psicanálise na imprensa e, mais especificamente, nessas colunas de consultório psicanalítico, é construir discursos utilitários, servindo como reforço para estereótipos socialmente aceitos. São palavras *prêt-à-porter* que funcionam para formar uma ilusória constituição de subjetividade.

Em outras palavras, o trabalho que apresento agora resulta de uma análise de três dessas colunas de consultório psicanalítico publicadas em jornais cariocas: 1) a do psicanalista Eduardo Mascarenhas, intitulada *No Divã do Mascarenhas*, publicada entre 1983 e 1991, no jornal *Última Hora*; 2) a da sexóloga Regina Navarro Lins, intitulada *Conversando na varanda*, publicada no *Jornal do Brasil* entre 1998 e 2001, e 3) a do psicanalista Alberto Gondin, intitulada *Vida Íntima*, publicada em *O Globo*, entre 1998 e 2002.

Partindo do ponto de vista da Análise do Discurso Francesa, que reterritorializa em seu quadro teórico-metodológico conceitos oriundos da lingüística, do materialismo histórico e da psicanálise, interessou-me analisar a circulação de sentidos instituída a partir de circuitos organizados em diferentes eixos interligados: 1) as cartas enviadas para essas colunas de consultório, que a um só tempo 1.1) reconfiguram a posição do sujeito enquanto autor da carta enviada mas também de leitor do jornal e de outras cartas; além disso, essas cartas 1.2) tornam público algo de natureza particular; 2) as respostas dadas pelos colunistas, que envolvem ao mesmo tempo 2.1) uma superposição entre as posições de psicanalista, de colunista do jornal e de leitor (das cartas e do próprio jornal); 2.2) a retomada de conceitos psicanalíticos associados à utilização de alegorias e narrativas como elementos de explicação desses mesmos conceitos, o que resulta na construção de um discurso pedagogizante sobre condutas sociais. Com essa análise, busco verificar como um certo modo de utilização do discurso psicanalítico, mediado pelo jornalístico, vem constituindo pragmaticamente um sentido de saúde mental que se encontra vinculado a um sentido de sujeito

marcado pelo idealismo e pelo psicologismo: um sujeito onipotente, totalmente consciente, autosuficiente, controlador e responsável por suas vontades, atos e palavras.

A hipótese formulada para a pesquisa apontava para a possibilidade de serem colocados em circulação sentidos previamente estabelecidos e socialmente instituídos, de forma a domesticar o circuito explicitado acima: quem pode ocupar o lugar de leitor-missivista² de um jornal determinado, os ‘temas’ que podem sair do âmbito privado para o âmbito público, quem está autorizado a falar sobre esses temas e fornecer direções de sentido sobre o que seria um bem estar psíquico nos dias de hoje. São parâmetros que ratificam uma forma de ser, um subjetivismo vinculado a um individualismo, ou seja, reforçam a forma histórica de existência das práticas subjetivas do capitalismo³. Considerado apenas em uma individualidade bio-psico-social, submisso ao império da razão e da consciência, a esse leitor-missivista só resta se assujeitar-se aos processos normativizadores de individualização promovidos pelo Estado, institucionalizados jurídica e pedagogicamente e difundidos pela mídia como lugar de divulgação de sentidos logicamente estabilizados.

Desse leitor-missivista se lê uma queixa, uma pergunta. A esse leitor-missivista se dá uma resposta, uma solução. Assim sendo, as respostas dadas pelos ‘consultores’ às cartas recebidas, ao invés de remeterem os missivistas para suas queixas, servem como reforço desse subjetivismo, pois partem da evidência desse leitor-missivista como um indivíduo bio-psico-socialmente identificável, dono de suas vontades e capaz de dizer tudo o que pensa, sente etc. Os atos descritos por esse leitor são tomados como a fonte do que estaria causando sua dúvida ou sofrimento. Em uma palavra, o leitor-missivista é naturalmente tomado como uma “unidade de consciência” (PÊCHEUX, 1988 [1975], p. 184) já dada, não se questiona que “sendo ‘sempre-já’ sujeito, ele

² Um leitor missivista que é também leitor da coluna e do jornal.

³ De acordo com Pêcheux, a expressão forma-sujeito, introduzida por Althusser, designa exatamente essa “forma de existência histórica de qualquer indivíduo, agente das práticas sociais.” (PÊCHEUX, 1988 [1975], p. 183).

‘sempre-já se esqueceu das determinações que o constituem como tal.’ (PÊCHEUX, 1988 [1975], p. 170).

Se se considera um outro ponto de vista teórico, se se questiona essa evidência, essa naturalidade atribuída ao sujeito, é possível deslocar o conceito de sujeito e pensá-lo como afetado por dois esquecimentos (ou ilusões). Dois esquecimentos, aliás, que atuam de modo a reforçar esse efeito de evidência do sujeito em termos de domínio de sua subjetividade. E esses dois esquecimentos são ambos relativos à linguagem: a ilusão do sujeito em ser origem do seu dizer e a ilusão de que controla o que diz.

A fim de introduzir e desenvolver as questões teóricas mencionadas acima e, desta forma, melhor apresentar a análise efetuada, destaco os pontos que serão abordados a seguir a partir da ótica da Análise do Discurso: 1) inconsciente e ideologia na constituição da subjetividade; a questão dos aparelhos de Estado em sua relação com a subjetividade e a subjetividade enquanto manifestação de singularidades e diferenças; 2) o lugar da coluna de consultório no discurso jornalístico; de que sujeito se trata nas colunas de consultório e a homogeneização da posição do sujeito-leitor e do sujeito-autor dessas colunas.

1. Sobre a constituição do sujeito

A Análise do Discurso, retomando o pensamento lacaniano e os questionamentos advindos de Althusser, elabora uma crítica ao conceito de sujeito entendido como indivíduo, ou seja, o sujeito do cartesianismo, produzido pela forma do sujeito-de-direito e encoberto por uma moral psicológica. Um sujeito que se funda no esquecimento de que é um ser de linguagem antes de tudo e que, portanto, foi falado antes de falar. A crítica estabelecida por Pêcheux (1988 [1975]) tem seus fundamentos a partir de uma reterritorialização de noções do materialismo e da psicanálise. É sempre bom lembrar que para Pêcheux, “a ordem do inconsciente não coincide com a da ideologia, o recalque não se identifica nem com o assujeitamento nem com a repressão, mas isso não significa que a ideologia deva ser pensada sem referência

ao registro inconsciente.” (PÊCHEUX, *op. cit.*: 301) Como, então, se sustenta essa crítica formulada pela Análise do Discurso?

1.1. Da psicanálise na análise do discurso

Com Freud se dá o descentramento dessa noção de indivíduo bio-psico-socialmente localizável. Postulando a hipótese do inconsciente, ou seja, algo que, tendo um caráter psíquico, atua sobre o sujeito sem o seu conhecimento, Freud mostra que o o sujeito não pode ser reduzido a um contedismo consciente, ou seja, o sujeito não corresponde a um conjunto de significados pensados em termos de uma exterioridade cultural ou social. No pensamento freudiano, a hipótese do inconsciente aponta para o fato de que o sujeito é constituído por algo “que não pode tornar-se consciente”. (JURAINVILLE, 1995, p. 31). Daí o sujeito ser dividido, ser marcado por um inconsciente que fala no consciente sem que ele (o sujeito) controle ou domine esse processo.

Em seu retorno a Freud, Lacan mostrará que o inconsciente é a manifestação de um saber desconhecido e não familiar para o sujeito, “um sentido não antecipável, irreduzível e irreconciliável”.⁴ Em suma, algo totalmente sem substância, impensável, inabordável. “O inconsciente”, diz Lacan, “é uma parte que falta à disposição do sujeito para restabelecer a continuidade de seu discurso consciente”. (LACAN, 1988, p. 260) Nessa perspectiva, compreende-se a subjetividade, ou seja,

⁴ Considerando que “...o inconsciente é aquilo que não pode tornar-se consciente”, o que é a consciência? Segundo Jurainville, “quando se toma consciência, *verifica-se* aquilo que já se sabia – sem que justamente isso seja colocado como tal. [...] A consciência tem um pressuposto - esse saber, que será preciso determinar - contra cujo fundo ela se desenha como verificação, ou melhor, comprovação ‘de que é isso mesmo’ [...] Que é então que caracteriza essa anterioridade na consciência? É a atribuição de um sentido. [...] o que se produz com a consciência: um sentido que era antecipado é ‘verificado’, ou melhor, comprovado no presente - re-constituído. [...] Deveremos então indagar-nos se não poderíamos conceber um sentido que de modo algum fosse antecipável. Se ele existisse, seria então perfeitamente certo que nos encontraríamos diante daquilo a que se deveria chamar *o inconsciente*, no sentido daquilo que não pode tornar-se consciente.” (JURAINVILLE, 1995, p. 31-39)

Subjetividade aqui compreendida como o que resulta da entrada do bebê no campo da lei do homem enquanto lei da linguagem, permitindo que esse bebê, como ser falante, possa vir a dizer “eu” e projetar imaginariamente um mito individual, encenando uma história que o posiciona diante do enigma que é justamente o de se deparar com capítulos que parecem faltar na elaboração da continuidade dessa história.⁵ Para J. Lacan, com a entrada no campo da linguagem, opera-se uma divisão subjetiva no aparelho psíquico que se marca na própria fala enquanto materialização da linguagem: ao falarmos, dizemos mais do que supomos dizer, pois na fala se inscreve um saber inconsciente.

Foi relendo e ressignificando o signo saussureano que Lacan introduziu a noção de significante, o elemento que constitui o inconsciente, que tem precedência sobre o sentido e que vem do Outro⁶. Para a psicanálise lacaniana, a lingua(gem) é uma estrutura na qual o sujeito humano, para advir como sujeito, é necessariamente inscrito, e nessa sua inscrição no campo do Outro, algo falta. “O inconsciente”, como afirma Lacan, “é estruturado como uma linguagem” (LACAN, 1996), e nessa estruturação algo falta, se encontra silenciado. Inicialmente, o sujeito é falado, fala-se dele e nesse processo ele se encontra alienado, ou seja, submetido à ordem significante. Mas, ao mesmo tempo, o sujeito retorna ao Outro ao se tornar um ser de linguagem.

É a possibilidade de inscrição desse significante advindo do campo do Outro, porém não aprisionado a significações, ou melhor, precedendo ao sentido, que constitui a subjetividade: “a estrutura de linguagem pre-existe; o inconsciente é a sua condição.” (LACAN, 1996, p. 26) E no processo de constituição da subjetividade, a cadeia significante irá estruturar cada sujeito de

⁵ Diz Lacan: “Eu me identifico na linguagem, mas somente ao me perder nela como objeto. O que se realiza em minha história não é o passado simples daquilo que foi, uma vez que ele já não é, nem tampouco o perfeito composto do que tem sido naquilo que sou, mas o futuro anterior do que terei sido para aquilo em que me estou transformando.” (Lacan, função e campo da fala e da linguagem, *Escritos*, p. 301)

⁶ Refiro-me, aqui, ao grande “Autre” lacaniano – isto é, o simbólico, o Outro da linguagem, “tesouro de significantes”, o inconsciente enquanto “discurso do Outro” (LACAN, 1998, p. 529; cf. LE GAUFÉY, 1996, p. 186).

maneira singular em função do modo próprio como se organiza e se presentifica seja na cristalização de determinados sentidos, seja, ao mesmo tempo, na re-significação e na manifestação de equívocos e falhas na ordem da língua. O sujeito encontra-se sempre dividido entre o *moi* – ou ego-imaginário, que se perde no engano de se julgar como unidade de um dizer unívoco – e o *je* – o sujeito enquanto efeito do inconsciente, representado pelo significante.⁷

A cadeia significante precisa ser compreendida como falhada: em cada falha na cadeia significante, a cada lapso cometido – marcas dessa divisão inconsciente, da presença do *je* – o sujeito (*moi*) busca retomar, retomar ou repetir parafrasticamente um sentido aceito como unívoco, aquilo que considera como fundador de sua subjetividade, ou seja, o sujeito imaginariamente se reconstrói como unidade, como *moi*, e isso se materializa na linguagem, ganhando o contorno de um imaginário lingüístico. Em outras palavras, no imaginário lingüístico (corpo verbal) se encontram as evidências languageiras para o sujeito que enuncia, a partir do significante advindo do campo do Outro: “eu sou assim, é óbvio”. (PÊCHEUX, 1988 [1975], p. 176)⁸

1.2. Do ideológico na constituição do sujeito

Trago, então, as pistas deixadas por Pêcheux ao retomar Lacan e Althusser: o sujeito dividido, ou seja, afetado pelo inconsciente, quando diz “eu” (“*ego-moi*”, conforme exposto acima), o faz a partir de um efeito retroativo que é resultado de sua constituição pela linguagem – os significantes aparecem sempre como já-lá – e interpelação pela ideologia – o efeito de evidência dos sentidos, produzido a partir de significantes colados a determinadas significações. Para ter a ilusão de ser sujeito do que diz, sendo assujeitado a significantes com significações determinadas, foi necessária uma pré-inscrição no campo da

⁷ Essa distinção entre o *moi* e o *je*, proposta por Lacan, não apresenta equivalência, em termos de uma tradução, no português.

⁸ Para Pêcheux, o imaginário lingüístico pode ser pensado como o correspondente teórico ao ego freudiano.

linguagem, e isso não se realiza de qualquer maneira. Em termos discursivos mais específicos, nessa inter-relação entre inconsciente e ideologia tal como Pêcheux preconiza, a subjetividade se constitui na interpelação ideológica e na inscrição-identificação do sujeito na formação discursiva – matriz de sentidos – que o constitui.⁹

É a partir dessa posição discursiva resultante de sua constituição por uma matriz de sentidos determinada, e inserido em uma relação imaginária com a “realidade” do que lhe é dado a ser, agir, pensar no plano do teatro da consciência, que o sujeito se encontra submetido à ilusória origem e ao ilusório controle dessa mesma linguagem que o constituiu como sujeito falante.

Ora, o que se tem aqui, como já foi dito, é uma anterioridade do significante produzindo a inscrição do sujeito ao campo da linguagem, ou seja, o que se tem é uma dependência do sujeito ao significante. No entanto, com uma diferença. Para Pêcheux, em sua proposta teórica da relação entre o inconsciente e a ideologia, essa dependência ao significante, ou seja, essa inscrição no campo da linguagem não se realiza fora do ideológico. Como afirma o autor, há que se considerar a existência de “um processo do significante, na interpelação-identificação.” Na constituição da subjetividade, então, ocorre um duplo processo engendrado pela inscrição do significante estruturando o inconsciente e constituindo o sujeito: uma identificação simbólica do sujeito à formação discursiva na qual ele se constitui e um assujeitamento ideológico aos sentidos que essa mesma formação discursiva, enquanto matriz de sentidos, produz. Porém, como nos diz Pêcheux, esse duplo processo de interpelação-identificação se encontra recalcado:

Os significantes aparecem dessa maneira não como as peças de um jogo simbólico eterno que os determinaria, mas como aquilo que foi ‘sempre-já’ desprendido de um sentido: não há naturalidade do significante; o que cai, enquanto significante verbal, no domínio do

⁹ Uma formação discursiva corresponde ao que pode e deve ser dito a partir de um lugar determinado, em uma conjuntura determinada.

inconsciente, está 'sempre-já' desligado de uma formação discursiva que lhe fornece seu sentido, a ser perdido no non-sense do significante. (PÊCHEUX, 1988 [1975], p. 163)

Esse “significante sempre-já desligado de uma formação discursiva”, no entanto, retorna para o sujeito que nele irá colar algum sentido buscando produzir um arranjo, uma linearidade da cadeia significante e nas narrativas que constrói para si. É nesse ponto que se pode reconhecer o funcionamento do imaginário lingüístico enquanto um processo que não tem sua origem no sujeito falante, mas nele se manifesta como resultado do funcionamento do esquecimento número 2 encobrendo o esquecimento número 1. Dizendo de outro modo, nesse corpo verbal encontram-se os efeitos do inconsciente e da ideologia na constituição do sujeito pela linguagem. Ou ainda, pode-se dizer que no imaginário lingüístico se realiza um esforço (consciente) do *ego-moi* em se assegurar como unidade *linguageira*, ou seja, uma espécie de ‘cegueira’ do sujeito em não reconhecer o funcionamento do inconsciente e da ideologia na língua(gem).

1.3. Dos aparelhos de Estado em sua relação com a subjetividade

Como foi mencionado na seção anterior, encontra-se materialmente constituído na linguagem o vínculo do sujeito à formação discursiva que o domina, vínculo esse concebido por Pêcheux como “identificação simbólica”, ou seja, identificação a determinados significantes na linguagem, significantes constitutivos do sujeito do discurso (*ego-moi*) como efeito. Na identificação simbólica estão inscritas, portanto, as representações verbais (termo de Pêcheux), ou seja, o resultado do efeito do assujeitamento ideológico a uma dada formação discursiva. As representações verbais vinculam-se entre si em função dos processos de reformulação parafrástica inerentes às formações discursivas. E, como efeito de haver sentido, essas representações verbais produzem uma consistência imaginária

para o sujeito, ou seja, ficam impregnadas do que seriam evidências de sentidos cristalizados que aparecem para o sujeito como únicos, óbvios, enfim, aqueles que constituem sua identidade psico-social.

Esse é o processo que constitui o chamado “teatro da consciência” e que funciona reforçando o “vínculo entre o “sujeito de direito” (aquele que entra em relação contratual com outros sujeitos de direito; seus iguais) e o sujeito ideológico (aquele que diz ao falar de si mesmo: “Sou eu!”).” (PÉCHEUX, *op. cit.*, p. 154)

Considerando a questão da subjetividade em sua constituição pela ideologia, ou seja, considerando o sujeito em sua interpelação ideológica, Orlandi dirá que “não é pelo conteúdo que a ideologia afeta o sujeito, é na estrutura mesma pela qual o sujeito (e o sentido) funciona.” Visando compreender de que modo a ideologia “leva ao equívoco da impressão idealista da origem em si mesmo do sujeito”, a autora apresenta o que chama de “um duplo movimento da subjetividade”. (ORLANDI, 2002, p. 70-71).

Em um primeiro momento (e não se trata aqui de uma cronologia), e entendendo que o processo significativo que afeta o sujeito não é a-histórico, encontra-se justamente a interpelação do indivíduo em sujeito pela ideologia. A interpelação produz assujeitamento e isso ocorre em qualquer época histórica, em quaisquer que sejam as condições de produção, pois resulta da inscrição do sujeito no simbólico e, ao mesmo tempo, produz como resultado que esse sujeito, afetado pelo simbólico, expresse a sua subjetividade na ilusão de autonomia e de ser origem do seu dizer. “A forma-sujeito, que resulta dessa interpelação pela ideologia, é uma forma-sujeito histórica, com sua materialidade.”¹⁰

Em um segundo momento (que não corresponde necessariamente, deve-se ressaltar, a uma temporalidade expressa em dias ou anos), ocorre um “estabelecimento (e transformação) das formas de individua(liza)ção do sujeito em relação ao Estado.” Em outras palavras, ocorre uma individualização histórica da forma-sujeito em função da inserção

¹⁰ *id.*, *ibid.*, e que corresponde ao que Orlandi chama de I¹.

do sujeito nas relações sociais regidas pelas instituições que são reguladas pelo Estado. Do indivíduo interpelado em sujeito (I¹) resulta o sujeito em “sua forma individualizada concreta (I²)”, ou seja, aquela visível e a partir da qual é possível adaptar o sujeito ao social. Como afirma a autora, “no caso do capitalismo, que é o caso presente, é a forma de um indivíduo livre de coerções e responsável, que deve assim responder, como sujeito jurídico (sujeito de direitos e deveres), diante do Estado e de outros homens.” (ORLANDI, *op. cit.*, p. 72).

Ora, o que me interessa destacar aqui é o papel da mídia (escrita ou falada) como instituição regulada pelo Estado, mas também reguladora do Estado. Nessa relação com o Estado, a mídia é uma instituição que abrange a sociedade letrada e urbana, agendando para os sujeitos leitores o que ler, fazer, comer, pensar, agir, criticar *etc.* Está em jogo nos modos de organização dessa agenda uma padronização, uma homogeneização histórica do sujeito.

É a partir dessa ótica que as colunas de consultório estão sendo discutidas.

1.4. Do sujeito enquanto singularidade e diferença

Como fica a questão da singularidade na constituição da subjetividade? Qual o papel da interpelação ideológica em seu processo de uniformização do teatro da consciência regido, em última instância, pelas instituições? Como fica a singularidade subjetiva frente à interpelação ideológica?

Em parte, essa questão já foi respondida quando se mencionou que há um modo específico de inscrição do significante em cada sujeito. Acrescente-se a isso que, quando Pêcheux descreve o processo ideológico de interpelação ideológica-identificação simbólica, verifica-se que se trata de um processo do significante nunca completo ou absoluto. É o que faz com que a falha também seja constitutiva do sujeito. Além disso, Orlandi nos lembra que o processo de subjetivação ideológica no simbólico funciona pela forma do equívoco, produzindo como efeito a

possibilidade de resistência do sujeito quanto ao modo de sua individualização pelo Estado.

Pode-se levar em consideração nessas respostas, também, o fato de que a singularidade aponta para o heterogêneo, para o descontínuo. Falar em questões de singularidade, portanto, é tocar na questão da produção de diferenças subjetivas que se marcam no campo do homogêneo e contínuo (BIRMAN, 1994, p. 152). Assim sendo, vale a pena retomar o que foi dito sobre a constituição da subjetividade, considerando essa contradição entre o homogêneo e o heterogêneo causada pela singularidade enquanto produção de diferenças.

Falemos, então, do sujeito da diferença do ponto de vista da psicanálise. Em primeiro lugar, a singularidade pode remeter para o que se encontraria bastante fora da ordem cultural, indo ao encontro, nesse sentido, do excêntrico, do exibicionismo, da perversão. Mas não é dessa diferença que se trata aqui.

Interessa, aqui, é trabalhar com a singularidade que, mesmo tendo como pano de fundo uma pressão de homogeneidade, mostra-se enquanto diferença. Tal singularidade, se é resultado de um modo próprio de constituição do sujeito pelo significante, resulta também daquilo que escapa à inscrição pela via do significante, ou seja, em termos freudianos, há um algo a mais inscrito no aparelho psíquico e não absorvido no simbólico: a força das pulsões. Como afirma Birman, “este algo, pólo da fundação das diferenças subjetivas, é o que permite e indica a existência de um *eu sinto* que não se conjuga como *eu devo* do imperativo categórico freudiano. [...] Esta diferença mínima entre o *eu sinto* e o *eu devo* é o que pode permitir que o sujeito constitua um estilo singular de existência, marcando de maneira radical sua diferença face a qualquer outro sujeito.” (BIRMAN, *op. cit.*, p. 150)

Se o *eu devo* resulta da entrada do sujeito no simbólico, se estar no simbólico é estar na linguagem, com sua ordem própria, com um trabalho de administração das significações sustentado pelo ‘eu’ (ego, *moi*), por outro lado, não se pode esquecer que a própria língua é um sistema de significantes regido por oposições e diferenças. E mais, as ausências contam na língua: a língua é não-toda, ou seja, “o todo da língua só existe constituído pelo signo ausente, pelo não dito.” (PÊCHEUX, 2004)

[1981], p. 74). Assim, ainda de acordo com Birman, “a exigência de diferença possibilitada pelo corpo pulsional se inscreve num campo representacional marcado pela diferença. Enfim, a produção da diferença encontra as suas condições de possibilidades nos registros pulsional e simbólico, e na passagem do primeiro para o segundo.” (PÊCHEUX, *id.*, *ibid*).

Dito de outra maneira, para haver constituição do sujeito é necessária a desordem das forças pulsionais estar submetida à inscrição no simbólico. Em termos lacanianos, essa desordem é da ordem do impossível: há um impossível de ser dito que insiste e retorna, causando estranhamento para o sujeito. Esse impossível irrepresentável pela língua é denominado por Lacan de *lalangue*, lugar do não idêntico, da repetição e da não repetição ao mesmo tempo.¹¹

Em resumo, a subjetividade – no que ela se mostra, no que se esconde, no que é repetição ou equívoco, no que se marca como diferença, no que se inscreve enquanto homogeneidade – resulta do acontecimento da linguagem¹² no sujeito. Um acontecimento que tanto possibilita a singularização da diferença quanto a regulação do sujeito relativamente a uma universal adaptação do sujeito à ordem cultural e social através do mesmo simbólico que o constituiu.

2. Sobre as colunas de consultório e a psicanálise no discurso jornalístico

Parto de uma série de reflexões já realizadas sobre o discurso produzido pela imprensa de referência (MARIANI, 1998). Trata-se, como já tive a ocasião de dizer em outros momentos, de uma prática discursiva que atua na construção e reprodução de sentidos, prática essa realizada a partir de um efeito ilusório da função do jornal como responsável apenas por uma transmissão

¹¹ Estamos nos valendo de algumas formulações de Leite (2000, p. 40) sobre a questão da singularidade frente ao universal, no campo do científico.

¹² Guimarães, partindo de outras questões, irá conceituar a enunciação, afirmando: “acontecimento no qual se dá a relação do sujeito com a língua” (2000, p. 4)

objetiva de informações. O discurso jornalístico constrói-se, dessa forma, com base em um pretense domínio da referencialidade, pois baseia-se em uma concepção de linguagem que considera a língua como instrumento de comunicação de informações. Decorrem daí vários efeitos constitutivos dos sentidos veiculados como informações jornalísticas: objetividade, neutralidade, imparcialidade e veracidade.

Além disso, essa pretensa informatividade jornalística se sustenta com base em uma ideologia utilitária, ou seja, parte-se de um pressuposto (construído historicamente na relação entre jornais e leitores) de uma necessidade social de saber os fatos relatados. Estes, dessa forma, já figuram nas páginas impressas pré-significados por uma relevância constituída pelo imaginário: se o jornal publicou é porque é importante ou só é importante o que aparece no jornal. Fica apagado para o leitor o fato de ter havido uma seleção das notícias (a pauta), ficando igualmente apagado que as manchetes também resultam de tomadas de decisão realizadas pelos editores e assim por diante.

Leitores e jornalistas encontram-se, dessa maneira, enquadrados nos domínios de pensamento de sua época, ficando imersos em uma agenda (organizada pelos ‘donos’ do jornal) previamente constituída por interpretações legitimadas, ou já tomadas como socialmente consensuais, ou que virão a se tornar consenso por força, exatamente, dos efeitos produzidos pela própria imprensa. É possível afirmar, então, que há uma ritualização ideológica presente no discurso jornalístico, entendendo ritualização aqui como uma forma de manutenção e repetição de determinados sentidos.

2.1. As colunas de consultório no discurso jornalístico: um paradoxo?

Paradoxalmente, essa noção “higiênica de informação” dos fatos encontra-se afetada nas colunas de consultório: ao invés de uma voz impessoal, responsável por um relato que se pretende imparcial, objetivo e útil, encontra-se uma voz que, narrando em primeira pessoa, faz o relato de um problema absolutamente

pessoal, de modo completamente subjetivo e, muito possivelmente, sem interesse social. Se retomamos a afirmação de Pêcheux de que não há ritual sem falhas, essas colunas corresponderiam a uma falha nesse ritual ideologicamente construído da informatividade jornalística?

Em princípio, a resposta para a questão é afirmativa. Afinal, as colunas representam um lugar de produção de um sentido outro, um sentido estranho ao discurso jornalístico. São sítios de significância duplamente subjetivados e dialogicamente organizados: de um lado, cartas de leitores dirigidas a psicanalistas; de outro, respostas fornecidas por psicanalistas (supostamente) com base no saber psicanalítico.

Seria possível considerar, então, que essas colunas constituem uma brecha, uma rachadura, uma falha no ritual ideológico jornalístico de apresentação da “verdade” de fatos que falam por si, cujo suporte seria a língua entendida como instrumento de comunicação de informações.¹³ O que provoca a falha é a irrupção de uma subjetividade, de uma pessoalidade: a carta apresenta um problema pessoal, um sofrimento particular e singularizado. Assim, as colunas estariam fomentando duas fraturas nesse ritual: a irrupção de uma subjetividade, de uma pessoalidade, como já foi dito, e, também, o acolhimento do discurso psicanalítico como lugar de respostas para os problemas apresentados.

Qual a pertinência, então, de tais colunas em meio ao discurso jornalístico? Elas corresponderiam a ilhas de subjetividade voltadas para leitores curiosos em saber da vida alheia, sua pertinência estaria na acolhida a uma espécie de *voyerismo* consensual e socialmente aceito.

Ora, se assim for, essa resposta inicial, que supõe as colunas como lugares de falha no ritual jornalístico, precisa ser mais trabalhada. Afinal, quando se tematiza a questão da falha em termos discursivos, está-se falando de uma fratura no ritual ideológico que resulta na produção de um acontecimento: na relação sujeito-língua-história, é a instauração de um lapso

¹³ Em Mariani (1998) já havia feito uma menção às charges e caricaturas como lugares de instalação de falhas no ritual jornalístico.

lingüístico, de um equívoco histórico, é a presentificação, enfim, de um sentido não previsto que pode vir a produzir um deslocamento, uma reviravolta para o sujeito, para a história. Desta forma, uma vez instalada uma fratura em rituais ideológicos, dois são os desdobramentos socialmente possíveis, dois são os destinos para o sentido inesperado: a falha, enquanto lugar de resistência, pode engendrar rupturas e conseqüente transformação do ritual, ou, por outro lado, pode vir a ser absorvida pelo discurso hegemônico, contribuindo para a permanência dos sentidos legitimados historicamente.

Um exame detalhado das colunas aponta para o segundo desdobramento, ou seja, as colunas, tal como se apresentam nos jornais atualmente, e porque estão inseridas nesse discurso, sofrem os efeitos desse imaginário jornalístico da imparcialidade, veracidade etc. Por essa via, ao invés de fraturar o ritual, reforçam os domínios de pensamento de nossa época em um aspecto específico: promovem a idealização do sujeito centrado e autônomo, capaz de decidir sobre seu destino, ou melhor, responsável pela felicidade ou infelicidade de seu futuro. As cartas e as respostas teatralizam a consciência do “eu” (*ego, moi*), idealizando, em nome da psicanálise, comportamentos sócio-culturalmente admissíveis.

Foi possível observar que o discurso produzido em tais colunas funciona como um meio no qual são imaginariizadas representações de sujeito que podem vir a atuar na formação de uma subjetividade homogênea e coletivamente disseminada, pois apresentam e descrevem idealmente determinados modos de estar-no-mundo para o sujeito leitor. É o que mostrarei a seguir.

2.2. Reforçando o ritual do teatro da consciência

Antes de mais nada, deve-se ter em mente que tais colunas se constituem como espaços previamente marcados e autorizados pelo próprio discurso jornalístico para a apresentação de narrativas de problemas pessoais. Trata-se de uma falha ritual autorizada, por assim dizer. E, sendo autorizada, não constitui uma possibilidade de ameaça ao ritual. A questão é: quais os

efeitos de sua inserção no discurso jornalístico, e até que ponto as colunas reforçam a ilusão de neutralidade e veracidade desse mesmo discurso?

Se os leitores que escrevem são anônimos (valendo-se de pseudônimos na assinatura da carta), os colunistas são sujeitos que, ocupando um lugar de psicanalista, têm seus nomes divulgados, inclusive, em outros espaços do jornal, pois emitem opiniões sobre eventos, novelas, têm seus livros resenhados etc. Falam de um lugar de autoridade, de especialistas – são doutores, seus títulos aparecem junto com seus nomes – estabelecido com o auxílio do próprio jornal e, dessa forma, a eles é atribuído uma competência e um poder de dizer a verdade. Os colunistas são, inclusive, objeto de reportagens, são entrevistados.

Dos três, E. Mascarenhas era sem dúvida uma figura carismática e que mais freqüentou as páginas jornalísticas, sobretudo a partir dos seguintes eventos: foi expulso, junto com Hélio Peregrino, da SPRJ; foi o primeiro a falar de psicanálise na imprensa e na televisão (no programa Interiores, da TVE) e foi eleito deputado federal. Seu propósito inicial e declarado era divulgar o pensamento psicanalítico. Como ele próprio afirmava: “ao contrário do que se pensa, um psicanalista não dá conselhos, nem alimenta dependências com relação a sua pessoa. Ele não orienta [...] Não impõe padrões de comportamento.” Mas, ao explicar o lugar de onde ele iria escrever e dar noções gerais sobre a psicanálise, dizia: “Estou certo de que assim estarei colaborando para esclarecer cucas, desenrolar corações e circular idéias.”

Goldin, por sua vez, parte sempre de uma narrativa na qual ele insere personagens que podem sugerir/criticar e situações próximas à descrita na carta. Como ele mesmo diz: “Escrevo as colunas utilizando histórias, metáforas, imagens porque acredito que seja a melhor forma de transmitir as difíceis questões que abordo.” Assim, em suas repostas, ao valer-se de uma polifonia, ele escreve de uma posição secundada por outras. R. Lins, além das repostas, introduz em sua coluna entrevistas com pessoas conhecidas (atrizes, políticos, especialistas etc) sobre questões ligadas ao sexual (sexualidade masculina, prostituição, posições sexuais etc).

Antes de prosseguir, é relevante dizer alguns aspectos sobre as condições de produção do discurso psicanalítico na imprensa.

Já há algum tempo vem ocorrendo uma maior circulação social das idéias psicanalíticas. E a forma como essa difusão vem se fazendo, de algum modo, induz a uma legitimação da psicanálise como lugar de produção de saber, mas ao preço de transformar esse saber e os conceitos a ela pertinentes em uma “moral laica”. Como afirma Birman, desde os anos 60 e a partir de uma americanização do pensamento freudiano, “a psicanálise foi transformada numa visão de mundo, numa moral para a modelagem da individualidade às múltiplas exigências da sociedade complexa. [...] A psicanálise é apresentada como um código fechado onde as individualidades encontram um mapa com direções infalíveis para seus percursos na incerteza da existência.” (BIRMAN, 1994, p. 121)

Se Freud e Lacan mostram-se compromissados com uma ética sustentada na questão do desejo, se ambos são pessimistas quanto aos destinos desse sujeito desejante, a leitura que se encontra na imprensa, e mais especificamente nessas colunas, ao contrário, coloca a psicanálise como um lugar de promoção da felicidade. Em nome da psicanálise, o que se lê nas colunas é uma valorização psicológica do sujeito colocada lado a lado de reportagens sobre novos medicamentos, livros de auto-ajuda, recentes descobertas da medicina, dicas sobre alimentos para manter a saúde perfeita, dietas da moda e sua adequação ao tipo físico e/ou emocional, roupas adequadas para a saudável prática de esportes, enfim, um receituário bem disfarçado, fornecendo informações sobre as supostas necessidades do leitor, um sujeito urbano, e que coloca como casos exemplares, personalidades da própria mídia ou pessoas da classe média.

Assim, um psicanalista, ao ocupar o lugar de colunista, defronta-se com essa imagem pré-construída e socialmente aceita sobre seu saber: um saber voltado para a divulgação de explicações e soluções de problemas assim como as demais matérias presentes no mesmo caderno. Cabe ao psicanalista apaziguar, tirar dúvidas e dar conselhos sobre modos sociais de

existência da mesma forma que as outras reportagens e colunas tiram dúvidas sobre moda, gastronomia, doenças, direito legal etc.

Como nos lembra Pêcheux, “o subjetivo simula o objetivo”. É a partir de relatos individuais, feitos por sujeitos “concretos”, membros de uma mesma comunidade, que vão sendo construídas soluções reguladas, visando a adaptação desses sujeitos concretos à ordem sócio-cultural vigente. Esse conjunto de imagens do “eu” acaba funcionando como um único sujeito e, ao se inscrever no discurso jornalístico, torna-se partícipe do efeito de objetividade, reforçando o teatro da consciência do que é dado a pensar e dos sentidos possíveis de serem ditos (e vividos).

2.3. As cartas

A leitura das cartas aponta para um eixo temático majoritariamente comum: questões amorosas insatisfeitas e opções sexuais igualmente insatisfeitas, gerando dilemas morais e impasses sobre atitudes a serem tomadas. Foi interessante observar o quanto as cartas se parecem entre si, constituindo um conjunto de imagens do “eu” bastante assemelhadas em termos de insucessos amorosos ou fracassos sexuais.

Na coluna de Goldin, são os conflitos amorosos que comparecem mais. Na coluna de Lins, que escreve como sexóloga, os conflitos amorosos aparecem relacionados à explicitação de dúvidas ligadas ao sexo. Já na coluna de Mascarenhas, que foi o primeiro psicanalista a escrever na imprensa, de início havia uma diversidade maior de temas colocados, sendo que alguns tocavam em problemáticas sociais, mas com o passar do tempo as questões amorosas ganharam maior relevo.

Essas cartas estabelecem um elo comunicativo na acepção mais tradicional. Da parte do leitor-missivista há, em termos pragmáticos, uma intenção: ele quer ser compreendido, precisa/pede conselhos, quer escrever com clareza e espera, ou supõe, ter alcançado uma transparência na linguagem

utilizada.¹⁴ Essa uniformização temática funciona de modo a apagar as diferenças subjetivas, produzindo uma homogeneização das singularidades. Aos olhos dos leitores, missivistas ou não, a vida fica reduzida a casamentos infelizes, adolescências traumáticas, dúvidas sobre características anatômicas ou opções sexuais frustradas. No lugar de diferenças subjetivas, o que se encontra é um conjunto de relatos individualizados, girando em torno de uma mesma temática e produzindo um efeito de naturalização sobre o tipo de problema emocional que se tem na contemporaneidade. Dito de outra forma, depreendem-se nas cartas (e, bem entendido, nas respostas produzidas) traços de uma representação social cuja homogeneidade afeta a sociedade como um todo.

Vejamos, em cartas dirigidas a Mascarenhas, Goldin e Lins, algumas marcas do funcionamento lingüístico que semantizam essa posição sujeito leitor-missivista que fala de si, sua posição subjetiva. Os trechos transcritos abaixo foram recortados do conjunto de cartas escritas para as colunas nos períodos mencionados anteriormente.

Sou o namorado e preciso **elaborar uma estratégia** para me ajudar a solucionar o conflito... (para A. Goldin)

Quando era adolescente, conheci uma garota [...] Eu me apaixonei [...] **Perdi completamente o controle** sobre a minha vida [...] A família dela passou a me odiar [...] Eu **não suportaria** manter outro relacionamento [...] (para A. Goldin)

Diante de uma mulher fico paralisado [...] **Não estou conseguindo** superar sozinho esses

¹⁴ Não se desconsidera, aqui, a edição das cartas feita pelo jornal: ao jornal interessa uma carta 'clara', compreensível', em uma palavra, 'digerível'. Seja como for, interessa ao analista de discurso construir um dispositivo analítico de forma a compreender o gesto de interpretação ali colocado. Mesmo que esse gesto resulte de um amálgama (leitor-missivista + editor), interessa observar o lançamento de algo privado para a ordem do público, com suas interdições, exclusões e inserções.

traumas e deficiências... Quero ter uma **vida normal**. (para A.Goldin)

Considero que **não devia ter** esses sentimentos indignos. (para A.Goldin)

Tenho 21 anos e **sou homossexual, mas não tenho** relação com ninguém. **Não aceito** que um homem transe com outro homem. [...] Existe um **tratamento** para me fazer um homem **normal**? (para Regina N. Lins)

[...] **sofro com o problema** da [...] **Não tenho** mais me aproximado de ninguém [...] (para Regina N. Lins)

Tenho 44 anos, solteira [...] conheci uma pessoa [...] chegar ao amor completo **não foi possível**. Não por falta de insistência [...] mas disse que **não teria coragem** de encarar minha mãe. (para Eduardo Mascarenhas)

Dr. Eduardo, volto ao seu divã. [...] Meu relacionamento sexual anda mal [...] **Passam coisas na minha mente** que me deixam bastante assustado. **O que está acontecendo** comigo? (para Eduardo Mascarenhas)

Os missivistas acima citados (assim como outros), dizem de que lugar falam (“sou o namorado”, “sou homossexual”, “sofro com o problema”) para em seguida colocar em dúvida esse próprio lugar (“perdi o controle”, “preciso elaborar”, “não suportaria”, “não aceito”, “não estou conseguindo”, “não tenho”) valendo-se para tanto da negação, da utilização de futuro do pretérito e/ou da formulação de perguntas. Eles se colocam, assim, em um tempo-espaço pessoal e, ao mesmo tempo, vinculado a valores estabelecidos previamente.

Ora, é um sujeito dividido que escreve, que pergunta, que nega a si próprio. Pode-se afirmar, então, que duas representações de sujeito aparecem, materializando o conflito

entre a posição¹⁵ de onde o sujeito fala com uma posição idealizada, não dita (necessariamente), porém presente nas cartas.

“Existe um tratamento para me fazer um homem normal?”, “O que está acontecendo comigo?” é o que perguntam os leitores, explicitando nas cartas sua submissão aos efeitos ideológicos da dominância imaginária do sentido único. A marca lexical aponta para a sujeição desses sujeitos a parâmetros prévios: o significante *normal*, ou o sintagma *acontecendo comigo*, aparecem como evidências lexicais inscritas na própria língua, apagando, desse modo, a memória discursiva que instituiu tal ‘normalidade’.

As respostas dos colunistas acabam indo na direção de reforçar para os missivistas uma individualização que não é outra senão a submissão a construtos modelizados socialmente. Na resposta dada, o traço subjetivo fica submetido ao social a partir do momento em que se produz um fechamento em torno de um sentido unificante. Muitas vezes, na tentativa de solucionar e de dar respostas, a singularidade do sujeito acaba sendo inscrita na universalidade de um quadro clínico idealizado, o qual (se) mostra (com) afirmações genéricas, reforço do senso comum. Conselhos, em resumo, como resposta a pedidos (como é o caso: “Peço que diga algo que me ajude.” Ou “Por favor, ajude-me a ver o que deveria fazer”). Assim a coluna de consultório, apesar de sua especificidade, se insere na escrita jornalística institucionalizada e ritualizada, ou seja, lugar onde se organizam sentidos sobre o mundo e sobre o sujeito. Vale a pena recortar alguns trechos dessas respostas:

O bissexual **tem então de conciliar** dois aspectos inconciliáveis em nossa cultura monogâmica... (Lins)

¹⁵ Lembremos, aqui, que para a análise do discurso, a posição de sujeito “se produz entre diferentes discursos numa relação regrada com a memória do dizer face às situações, definindo-se em função de uma formação discursiva em relação às demais.” (ORLANDI, 1996)

A **solidão é um problema grave**, que só pode ser comparada à obrigação de suportar uma má companhia. (Goldin)

Meu conselho: sorria de novo em casa e trabalhe duro... (Goldin)

... **jamais deveria** ter abandonado seus estudos e deve retomá-los. Não há isca mais apetitosa para uma mulher do que um **jovem ambicioso, admirado** por seus pares, com sucesso nos estudos, praticando esportes [...] **Não deve mais** fazer... (Goldin)

Senti um pouco de medo de **errar na resposta** e... (Goldin)

Torço por você. Me deixe sabendo das coisas. (Mascarenhas)

De uma maneira geral, o homem ocidental, com tantos preconceitos e tabus em relação ao sexo, **não tem muita coragem** para partir para novas experimentações. (Lins)

é preciso **arregaçar as mangas** e ir à luta. (Mascarenhas)

A partir da leitura das cartas e das respostas dadas pelos colunistas, os demais leitores do jornal, missivistas ou não, imaginam identidades (“se eu estivesse onde você/ele/x se encontra, eu veria e pensaria o que você/ele/x vê e pensa” (PÊCHEUX, 1998 [1975], p. 188) que apagam as descontinuidades, o heterogêneo subjetivo e produzem uma ilusão de consenso tanto no que se refere à questão relatada (todos temos o mesmo tipo de problemas) quanto ao tipo de solução proposta pelo colunista-psicanalista (todos podemos resolver da mesma forma). O individual, dessa forma, serve como modelo para a construção de uma subjetividade coletiva além de funcionar como suporte para a normatização moral das relações sociais. Nas colunas de psicanálise popularizada, ao alcance de

todos, depreende-se um pequeno manual com explicações simples de auto-ajuda. *Prêt-à-porter*, como havia mencionado no início.

Para finalizar, retomando também as observações de Orlandi, “o que fica de fora quando se pensa o sujeito já individualizado é justamente o simbólico, o histórico e a ideologia, que tornam possível a interpelação do indivíduo em sujeito.” E eu ainda acrescentaria: nas colunas de psicanálise, fica de fora também o inconsciente como lugar em que o sujeito falha e que pode estar apontando justamente para essa moral reguladora das relações sociais.

Referências bibliográficas

- BIRMAN, Joel. **Psicanálise, ciência e cultura**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1994.
- _____. **Estilo e modernidade em psicanálise**. São Paulo: Editora 34, 1997.
- JURAINVILLE, Alain. **Lacan e a filosofia**. Rio de Janeiro: Zahar & Campo Freudiano do Brasil, 1987.
- LACAN, Jacques. **Escritos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998.
- _____. **Seminário 11: os quatro conceitos fundamentais da psicanálise**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1996.
- LE GAUFÉY, Guy. **L'incomplétude du symbolique**. Paris: EPPEL, 1996.
- LEITE, Nina V. Sobre a singularidade. In **Cadernos de estudos lingüísticos** – A singularidade como questão, No. 38. Campinas, IEL/Unicamp, 2000. p. 39-50.
- MARIANI, Bethania. Subjetividade e imaginário lingüístico. In **Lingua(gem) em discurso** – Subjetividade. V.3, número especial, Tubarão, SC, Rev. da UNISUL, 2003. p.55-72.
- MARIANI, Bethania. **O PCB e a imprensa: os comunistas no imaginário dos jornais**. Campinas, Rio de Janeiro: Revan & Ed. da Unicamp, 1998.
- ORLANDI, Eni P. **Interpretação**. Petrópolis: Vozes, 1996.
- _____. **Língua e conhecimento lingüístico**. Campinas: Pontes, 2002.

PÊCHEUX, Michel. ***Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio***. Campinas: Editora da Unicamp, 1988 [1975].

_____. ***A língua inatingível: o discurso na história da lingüística***. Campinas: Pontes, 2004 [1981].